



# O CORREDOR CENTRAL DA MATA ATLÂNTICA

UMA NOVA ESCALA DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE



# O CORREDOR CENTRAL DA MATA ATLÂNTICA

UMA NOVA ESCALA  
DE CONSERVAÇÃO  
DA BIODIVERSIDADE

Ministério do Meio Ambiente  
Conservação Internacional  
Fundação SOS Mata Atlântica

BRASÍLIA  
2006

**Presidente da República**

Luiz Inácio Lula da Silva

**Ministério do Meio Ambiente**

Ministra Marina Silva

Secretário-Executivo

Cláudio Roberto Bertoldo Langone

Secretária de Coordenação da Amazônia

Muriel Saragoussi

Coordenadora do Programa-Piloto para Proteção das Florestas Tropicais

Nazaré Lima Soares

**PROJETO CORREDORES ECOLÓGICOS**

**Ministério do Meio Ambiente**

Coordenador Geral

Militão de Moraes Ricardo

Coordenador do Corredor Central da Mata Atlântica

Roberto Xavier de Lima

Coordenador Técnico do Corredor Central da Mata Atlântica – Espírito Santo

Marcelo Mores

Coordenador do Corredor Central da Amazônia

Víctor Paulo de Oliveira

Técnicos Ambientais

Augusto Marcos de Oliveira Santiago (UCE/Bahia)

Erico Grassi Cadermatori (UCG/Brasília)

Felipe Martins Cordeiro de Mello (UCE/Espírito Santo)

Márcio Amorim Maia da Silva (UCE/Amazonas)

Renata Pires Nogueira Lima (UCG/Brasília)

Tatiana Bichara Dantas (UCE/Bahia)

Técnicos Administrativo-Financeiros

Jesuito Barbosa Cruz

Jorge Luis Pereira

**Unidades de Coordenação Estaduais – UCEs**

*Bahia*

Governador do Estado

Paulo César Ganem Souto

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Jorge Khoury Hedaye

Coordenador Institucional do Projeto Corredores Ecológicos

Carlos Augusto Pamponet Dantas

Coordenador Executivo

Ivan Barreto de Carvalho Filho

Técnico Administrativo-Financeiro

Hamilton Gonçalves

Estagiária

Fernanda Gomes Lima

*Espírito Santo*

Governador do Estado  
Paulo Hartung Gomes

Secretária de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos  
Maria da Glória Britto Abaurre

Secretário de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca  
Ricardo Ferraço

Coordenadora Institucional do Projeto Corredores Ecológicos  
Sueli Passoni Tonini

Técnicos Ambientais  
Erica Rodrigues Munaro  
Evie Ferreira Costa Negro  
Gerusa Bueno Rocha  
Jayme Henrique Pacheco Henriques  
Sandra Ribeiro

Técnicos Administrativos  
Cláudia Santos Machado  
Patrícia de Carli

Estagiários  
Antonio de Oliveira Junior  
Ligia Maria Conforti Protti  
Franciele Rodrigues Ramalho

**ALIANÇA PARA CONSERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA**

**CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL**

Presidente  
Angelo B. M. Machado

Vice-presidentes  
José Maria C. da Silva  
Carlos A. Bouchardet

Programa Mata Atlântica

Diretor  
Luiz Paulo S. Pinto

Equipe  
Adriana Paese  
Adriano Paglia  
Ivana R. Lamas  
Lúcio Bedê  
Mônica Fonseca

**FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA**

Presidente  
Roberto Luiz Leme Klabin

Vice-presidente  
Paulo Nogueira-Neto

Diretora de Gestão do Conhecimento  
Márcia Makiko Hirota

Diretor de Captação de Recursos  
Adauto Tadeu Basílio

Diretor de Mobilização  
Mario César Mantovani

Coordenadora da Aliança para  
Conservação da Mata Atlântica  
Érika Guimarães

Texto

Ivana R. Lamas  
Luiz Paulo S. Pinto  
Mônica Fonseca  
Renata Pires N. Lima  
Roberto Xavier de Lima

Revisão de texto

Ana Martins Marques  
Marcílio França Castro

Projeto gráfico

GDESIGNG – Cláudia Barcellos

Fotos

Cyro José  
Adriano Gambarini (p. 23 e 41)  
Bill Constant (p. 19)

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Ana Cristina de Vasconcellos – CRB / 6 - 505

B823c      Brasil. Ministério do Meio Ambiente.  
O corredor central da mata atlântica : uma nova escala de  
conservação da biodiversidade / Ministério do Meio Ambiente,  
Conservação Internacional e Fundação SOS Mata Atlântica. –  
Brasília : Ministério do Meio Ambiente ; Conservação Interna-  
cional, 2006.  
46 p. : il. color., fots., maps.

Inclui bibliografia.

ISBN: 85-7738-014-9

1. Conservação no Brasil. 2. Diversidade biológica.  
3. Conservação da natureza. 4. Mata Atlântica e biológica.  
I. Conservação Internacional. II. Fundação SOS Mata  
Atlântica. III. Título

CDU : 504.75

# APRESENTAÇÃO

A publicação que aqui apresentamos, resultado de uma parceria entre o Ministério do Meio Ambiente, por meio do Projeto Corredores Ecológicos, e a Aliança para Conservação da Mata Atlântica, que congrega a Conservação Internacional e a Fundação SOS Mata Atlântica, oferece uma contribuição fundamental aos técnicos e ao público em geral para a compreensão dos corredores ecológicos ou corredores de biodiversidade.

A gestão territorial de corredores constitui uma experiência de mais de dez anos no Brasil. Os corredores foram concebidos como forma de conectar áreas protegidas, buscando-se sempre alternativas para o desenvolvimento de práticas de pouco impacto nas áreas de interstícios com uma estratégia de ação descentralizada. Sendo parte do Programa-Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, o Projeto Corredores Ecológicos selecionou dois corredores como campo inicial para a sua atuação: o Corredor Central da Mata Atlântica e o Corredor Central da Amazônia.

No Corredor Central da Mata Atlântica, que abrange uma área de 8,5 milhões de hectares, estão sendo realizadas ações de conservação dos recursos naturais por meio da consolidação de unidades de conservação, da restauração ambiental, da fiscalização e do monitoramento. Participação social é uma marca do programa, desde o seu planejamento até a implantação das ações. O objetivo atual é concentrar investimentos e esforços na execução da segunda fase do Projeto, que se inicia neste ano de 2006.

Do montante de recursos destinados ao Projeto para os quatro anos desta segunda fase, aproximadamente 49 milhões de reais estão reservados para o Corredor Central da Mata Atlântica e provêm de doações do governo da Alemanha, por intermédio do banco alemão Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), do Fundo Fiduciário para Proteção das Florestas Tropicais (RFT), administrado pelo Banco Mundial e de contrapartidas da União e dos estados. Uma outra parcela de recursos deve ainda ser obtida por meio de projetos que busquem o apoio da iniciativa privada.

A integração entre o Ministério do Meio Ambiente e a Aliança para Conservação da Mata Atlântica responde de forma exemplar ao compromisso do governo de estabelecer parcerias com a sociedade civil para a gestão ambiental de territórios. O objetivo é conciliar a conservação dos recursos naturais e a busca de alternativas econômicas para as populações locais.

Esta publicação, ao relatar a experiência do Corredor Central da Mata Atlântica, ajuda a perceber como um empreendimento complexo – o de criar uma nova escala de conservação da biodiversidade – pode, com a participação de todos, tornar-se concreto e bem-sucedido.

**Marina Silva**

Ministra do Meio Ambiente



# SUMÁRIO

• O que é um corredor ecológico ou corredor de biodiversidade? .....	9
• Breve história do Projeto Corredores Ecológicos no Brasil .....	12
Estrutura institucional do Projeto Corredores Ecológicos .....	15
• O Corredor Central da Mata Atlântica .....	19
• Avanços na implementação do Projeto Corredores Ecológicos no Corredor Central da Mata Atlântica .....	23
Interfaces do Projeto Corredores Ecológicos .....	23
Capacitação de atores sociais .....	26
Monitoramento e conservação da biodiversidade .....	27
Plano integrado de fiscalização e controle .....	30
• O Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos no Corredor Central da Mata Atlântica .....	32
Planejamento de paisagem e implementação dos corredores .....	33
Expansão e fortalecimento de unidades de conservação .....	36
Proteção às espécies ameaçadas .....	37
Outras ações do CEPF-Mata Atlântica .....	38
• Perspectivas e desafios .....	41
• Referências bibliográficas .....	45





## O QUE É UM CORREDOR ECOLÓGICO OU CORREDOR DE BIODIVERSIDADE?

O Brasil é um dos países com maior biodiversidade do planeta: quase um terço das florestas tropicais remanescentes do mundo estão em seu território, e elas são reconhecidas como um dos mais importantes repositórios da diversidade biológica global. Entretanto, por diversos fatores, essas áreas vêm sendo rapidamente convertidas para outros fins.

Grandes extensões de ecossistemas naturais são necessárias para a manutenção da biodiversidade e de importantes processos ecológicos e evolutivos. Hoje, as oportunidades de proteção de grandes áreas são reduzidas e, portanto, outras áreas, sujeitas a níveis variados de manejo e uso da terra, devem também fazer parte das estratégias de conservação. As unidades de conservação geralmente são muito pequenas e isoladas; muito comumente, também, os habitats remanescentes não protegidos encontram-se fragmentados e sob forte pressão e ameaça. Nessas circunstâncias, os esforços de conservação da biodiversidade devem concentrar-se na ampliação da conectividade entre as áreas remanescentes e no manejo da paisagem em vastas zonas geográficas (Forman, 1995; Weins, 1996; Fonseca et al., 1997).

Para enfrentar esses desafios, o governo brasileiro e várias organizações não-governamentais (ONGs) vêm desenvolvendo o conceito de *corredor ecológico*

ou *corredor de biodiversidade*. Um corredor corresponde a uma grande área de extrema importância biológica, composta por uma rede de unidades de conservação entremeadas por áreas com variados graus de ocupação humana e diferentes formas de uso da terra, na qual o manejo é integrado para garantir a sobrevivência de todas as espécies, a manutenção de processos ecológicos e evolutivos e o desenvolvimento de uma economia regional forte, baseada no uso sustentável dos recursos naturais (Sanderson et al., 2003; Ayres et al., 2005).

Os corredores são configurados de forma a favorecer a manutenção dos processos dos ecossistemas que são fundamentais para a sustentação da biodiversidade a longo prazo (por exemplo, a polinização e a dispersão de sementes, o ciclo hidrológico e a ciclagem de nutrientes) e permitir a mobilidade e o intercâmbio genético dos componentes da flora e da fauna. Nesse contexto, fragmentos de habitats remanescentes desempenham importantes funções, como conectar ou reconectar áreas maiores, manter a heterogeneidade da matriz de habitats e proporcionar refúgio para as espécies.

Os corredores não são unidades políticas ou administrativas, mas sim extensas áreas geográficas definidas a partir de critérios biológicos para fins de planejamento e conservação. Esses critérios têm por base o conhecimento científico, como, por exemplo, a presença de espécies-chave relevantes nos contextos global, regional e local (Aguiar et al., 2005; Ayres et al., 2005; Rambaldi e Oliveira, 2005). Outros critérios técnicos, como a existência, o tamanho e o número de áreas protegidas, os tipos de uso do solo, a representatividade das comunidades bióticas, a diversidade de espécies, de ecossistemas e de habitats

Os termos “corredor ecológico” e “corredor de biodiversidade” muitas vezes são usados para designar estratégias distintas. Alguns pesquisadores e conservacionistas utilizam o termo “corredor ecológico” referindo-se especificamente a trechos delimitados de vegetação nativa que conectam fragmentos. Os termos “corredor ecológico”, usado pelo Ministério do Meio Ambiente, e “corredor de biodiversidade”, usado pela Aliança para Conservação da Mata Atlântica, referem-se à mesma estratégia de gestão da paisagem e são tratados como sinônimos neste documento. Nessa concepção, os corredores englobam as unidades de conservação e as áreas com diferentes usos da terra. Os cordões de vegetação nativa que conectam fragmentos são um dos componentes dos corredores, mas não o único.



e a presença de espécies ameaçadas e endêmicas, são fundamentais e foram considerados para a seleção dos corredores no Brasil. Para a implantação dos corredores, são necessárias ações coordenadas que visem ao fortalecimento, à expansão e à conexão do sistema de áreas protegidas e que incentivem as formas de uso da terra de baixo impacto, como o adequado manejo florestal e os sistemas agroflorestais.

O sucesso na implementação dos corredores requer um elevado grau de envolvimento e cooperação entre as diversas instituições governamentais e organizações da sociedade civil que atuam na região (Rambaldi e Oliveira, 2003; Fonseca et al., 2004; Ayres et al., 2005). As ações de planejamento dos corredores devem ser incorporadas intervenções em diferentes escalas espaciais e temporais, buscando-se alternativas para uma forma mais abrangente, descentralizada e participativa de conservação da biodiversidade. Não existe, no entanto, uma forma definida para chegar a esses resultados. Cada corredor tem suas características específicas e exigirá uma articulação própria entre as políticas públicas e as comunidades atuantes em sua área.

Desde a sua concepção, os corredores vêm sendo adotados por várias organizações como estratégia de conservação da biodiversidade. O CEPF-Mata Atlântica, por exemplo, tem como objetivo primordial assegurar o empenho da sociedade civil nos esforços dirigidos à conservação da biodiversidade em duas das regiões com mais alta biodiversidade da Mata Atlântica: o Corredor da Serra do Mar e o Corredor Central da Mata Atlântica. A experiência de implementação do Corredor Central da Mata Atlântica, com base nas iniciativas do Projeto Corredores Ecológicos e do CEPF-Mata-Atlântica, é relatada nesta publicação.



## BREVE HISTÓRIA DO PROJETO CORREDORES ECOLÓGICOS NO BRASIL

Até há pouco tempo, os principais instrumentos para proporcionar a conservação da diversidade biológica *in situ*, sobre a qual o Estado exerce o direito de posse e controle, eram as unidades de conservação públicas. O conceito de *corredores ecológicos* ou *corredores de biodiversidade* é relativamente novo. No Brasil, essa estratégia de conservação vem sendo construída dentro do Ministério do Meio Ambiente desde 1997, com apoio do Banco Mundial, por meio do Fundo Fiduciário da Floresta Tropical (RFT – *Rain Forest Trust Fund*), no âmbito do Programa-Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (PPG-7). Esse Programa lida com a dinâmica da fragmentação e promove a formação e a conservação de grandes corredores na Amazônia e na Mata Atlântica (Ayres et al., 2005).

Na fase de estruturação do Programa-Piloto, em meados dos anos 90, havia o projeto denominado “Parques e Reservas”. As primeiras versões desse projeto foram desenvolvidas pela Diretoria de Ecossistemas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e propunham o fortalecimento das unidades de conservação federais, com ênfase no planejamento, na gestão participativa e em uma maior integração com a zona de

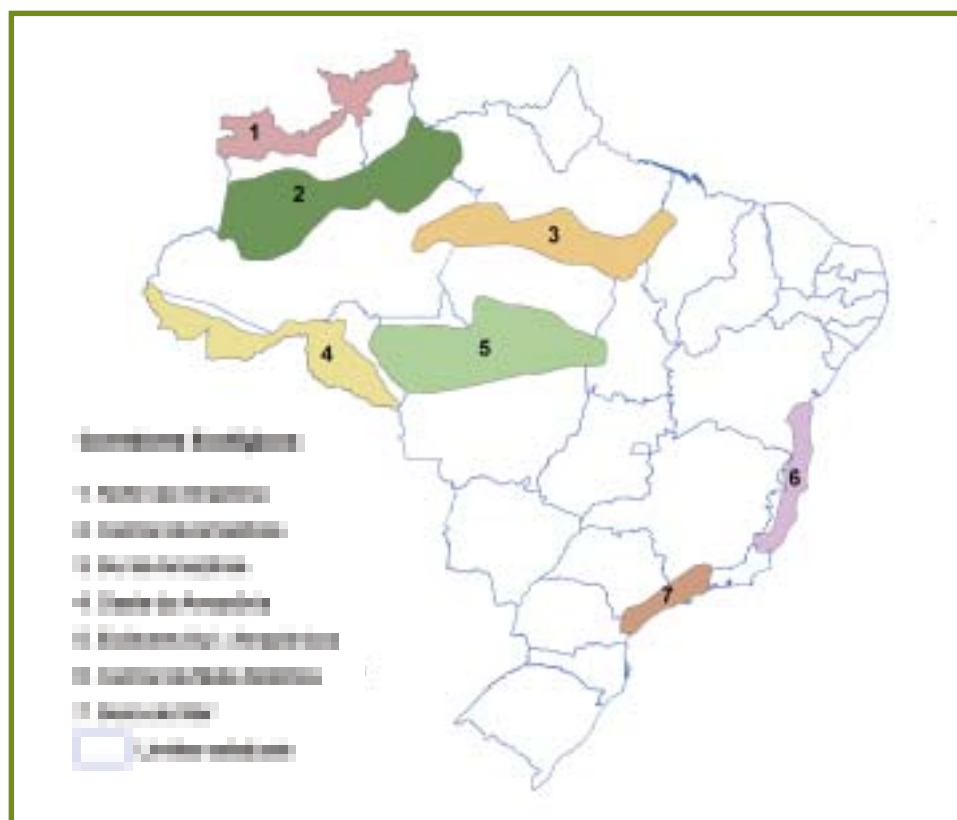
amortecimento, abordagem que já vinha sendo adotada no País. No processo de discussão das propostas, buscaram-se procedimentos que avançassem além do simples financiamento da elaboração dos planos de manejo, do investimento em infra-estrutura e da capacitação de pessoal em unidades de conservação.

O Programa-Piloto desenvolveu, entre 1996 e 1997, uma proposta que procurava tornar viável a conservação da diversidade biológica a longo prazo a partir do manejo de grandes extensões de terra, por meio da implantação de corredores ecológicos na Amazônia e na Mata Atlântica, o que constituía uma concepção inovadora para o País. Dessa proposta surgiu o Projeto Corredores Ecológicos.

Os corredores ecológicos são definidos, no Projeto, como grandes áreas que contêm ecossistemas florestais biologicamente prioritários e viáveis para a conservação da biodiversidade na Amazônia e na Mata Atlântica. Integram esses corredores conjuntos de unidades de conservação, terras indígenas e áreas com diferentes formas de uso da terra. O Projeto prevê a formação de quadros econômicos, sociais e políticos sustentáveis para conservar a biodiversidade nos corredores.

Para a consecução do Projeto, foram indicados sete grandes corredores, correspondentes a cerca de 25% das florestas tropicais úmidas do Brasil, sendo cinco deles localizados na Amazônia (Corredor Central da Amazônia, Corredor Norte da Amazônia, Corredor Oeste da Amazônia, Corredor Sul da Amazônia, Corredor dos Ecótonos Sul-amazônicos) e dois, na Mata Atlântica (Corredor Central da Mata Atlântica e Corredor Sul da Mata Atlântica ou Corredor da Serra do Mar), conforme mostra a Figura 1. Recentemente, a Sociedade Civil Mimirauá, no livro "Os Corredores Ecológicos das Florestas Tropicais do Brasil", relatou a construção desse conceito e mostrou os estudos e projetos necessários para implementá-lo (Ayres et al., 2005).

Em função da complexidade do Projeto, iniciou-se um processo de discussão e de ajustes sucessivos, com a realização de seminários e reuniões e a emissão de pareceres técnicos por especialistas. Depois da missão de pré-avaliação, foi criado no IBAMA, em junho de 1998, por iniciativa da Secretaria Técnica do Programa-Piloto, um Grupo Técnico de Trabalho, com o objetivo de realizar os últimos ajustes no Projeto Corredores Ecológicos e acompanhá-lo



**FIGURA 1** – Corredores propostos para o Brasil, segundo Ayres et al. (2005).  
 Fonte: IBAMA/DIREC/CGEUC

até a avaliação final. Esse Grupo Técnico de Trabalho, coordenado pelo IBAMA, reunia representantes do Programa-Piloto no Ministério do Meio Ambiente; de entidades de meio ambiente dos estados do Amazonas, da Bahia, do Espírito Santo e de Minas Gerais; da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) e da Rede de Organizações Não-Governamentais da Mata Atlântica (RMA).

O documento que serviu de base para a avaliação final do Projeto Corredores Ecológicos foi concluído em dezembro de 2000 pela Diretoria de Articulação Institucional da Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente, após várias discussões envolvendo a coordenação do Programa-Piloto, o Banco Mundial e os doadores. O acordo de doação entre o Ministério do Meio Ambiente e o Banco Mundial foi firmado em dezembro de 2001, e a efetivação do Projeto ocorreu em março de 2002.



Deu-se prioridade à implementação do Corredor Central da Amazônia e do Corredor Central da Mata Atlântica tendo em vista o propósito de abordar e testar diferentes condições nos dois principais biomas e, com base nas lições aprendidas, preparar e apoiar a criação e a implantação dos demais corredores (Ministério do Meio Ambiente, 2002).

Devido ao caráter inovador do Projeto, sua execução foi estabelecida em duas fases. A primeira, financiada pelo Fundo Fiduciário das Florestas Tropicais (RFT), administrado pelo Banco Mundial, com contrapartida do governo federal e dos governos estaduais, fixou como objetivos estabelecer e operar a estrutura institucional; elaborar os planos de gestão dos corredores; aprimorar os procedimentos de fiscalização e monitoramento; elaborar planos de manejo e desenvolver ações em unidades de conservação selecionadas; e elaborar o documento executivo para a segunda fase do Projeto.

Na segunda fase, será dada prioridade às ações de apoio à criação e à consolidação de unidades de conservação, ao planejamento e à implantação de minicorredores, à vigilância, à fiscalização e ao monitoramento. Para a implementação dessas atividades, estão previstos recursos financeiros provenientes do governo alemão, por meio de seu agente financiador, o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), e da Comissão Européia. As metodologias e as abordagens desenvolvidas, na primeira fase, para a proteção da biodiversidade nos corredores selecionados deverão consolidar-se na segunda fase.

## **ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO PROJETO CORREDORES ECOLÓGICOS**

O Corredor Central da Mata Atlântica e o Corredor Central da Amazônia estão sendo implementados por meio de acordos de cooperação técnica entre o Ministério do Meio Ambiente e os estados do Amazonas, da Bahia e do Espírito Santo.

A estruturação institucional do Projeto tem buscado a mais ampla participação, por meio de um processo decisório descentralizado, que envolve, além da União e dos estados, na função de mobilizadores, a sociedade civil e os responsáveis pelas ações de conservação dos recursos naturais, na condição de participantes nos comitês de gestão e executores.

A gestão do Projeto Corredores Ecológicos envolve, pois, vários agentes de decisão, que atuam em conjunto para promover a conservação da diversidade biológica. O sistema de gerenciamento do Projeto é descentralizado tanto no plano das decisões quanto no da execução e divide-se em quatro esferas de ação: a de gerenciamento estratégico, a cargo da Unidade de Coordenação Geral; a deliberativa, a cargo dos Comitês de Gestão; a operacional, a cargo das Unidades de Coordenação Estadual; e a executiva, a cargo dos executores.

### **Unidade de Coordenação Geral**

À Unidade de Coordenação Geral (UCG) do Projeto Corredores Ecológicos, sob a responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente, compete cuidar das interfaces do Projeto com outras áreas do próprio Ministério, com outros ministérios, com doadores internacionais e com órgãos de apoio, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ). A UCG assegura condições logísticas para que as unidades de coordenação estaduais, os comitês e os executores possam realizar as ações que lhes competem. É nessa instância que se faz o gerenciamento estratégico do Projeto, para garantir que sua implementação esteja de acordo com os objetivos estabelecidos, com as diretrizes do Ministério e com os procedimentos acordados com os agentes financeiros. Cabe também ao Ministério do Meio Ambiente realizar a negociação do ajuste de políticas públicas federais e estaduais com as diretrizes do plano de gestão de cada corredor.

### **Comitês de Gestão**

As decisões sobre as ações necessárias e prioritárias em cada corredor são de competência dos comitês de gestão, compostos, em caráter paritário, por representantes de órgãos governamentais e não-governamentais que atuam na área. Esses comitês são responsáveis pelas seguintes ações: avaliação anual da implementação do Projeto e aprovação dos relatórios semestrais de avanço; monitoramento do desenvolvimento e aprovação dos planos de gestão; proposição de critérios de seleção e classificação das atividades a serem apoiadas; aprovação do Plano Operativo Anual (POA); aprovação de subprojetos

e atividades que receberão apoio do Projeto; participação no desdobramento e na implementação de estratégias para a disseminação de informações sobre os corredores; e desenvolvimento de parcerias para apoiar a implantação dos corredores. Essa é uma estrutura que permite que cada um dos agentes envolvidos seja considerado co-gestor e co-executor. Com esse mecanismo de gestão, as decisões e as prioridades para a alocação de recursos estão mais próximas da instância de execução.

Nos Corredores Centrais, os comitês estaduais da Reserva da Biosfera atuam como os comitês de gestão do Projeto e possuem representantes de populações tradicionais, de ONGs ambientalistas, de setores produtivos e empresariais e das três esferas governamentais. Essa forma de gestão assegura que o governo e a sociedade compartilhem a responsabilidade pela conservação da biodiversidade e planejem e atuem juntos na adequada utilização e dos recursos naturais.

O compartilhamento das decisões tem levado a um engajamento efetivo dos participantes. Progressivamente, os comitês de gestão vêm alterando suas estruturas, com a inclusão de novos membros. No Corredor Central da Mata Atlântica, participam dos comitês, hoje, 22 membros, 11 representantes governamentais e 11 não-governamentais, em cada um dos estados (Bahia e Espírito Santo).



### **Unidades de Coordenação Estadual**

As Unidades de Coordenação Estadual (UCEs) são responsáveis pela articulação das ações dos parceiros nos corredores, pelos avanços nos procedimentos de fiscalização e por outras atividades compartilhadas. As UCEs integram a estrutura administrativa do Estado e são essenciais à implementação dos corredores.

Em conjunto, os comitês de gestão e as UCEs são os responsáveis pelas negociações de ajuste de políticas públicas às propostas do plano de gestão do corredor.

### **Executores**

A estrutura institucional do Projeto conta ainda com uma ampla gama de executores, que implementam as ações. Eles são os gestores de unidades de conservação e os responsáveis por atividades como fiscalização e educação ambiental.

No Corredor Central da Mata Atlântica, destacaram-se como executores na primeira fase do Projeto: o IBAMA, o Centro de Recursos Ambientais (CRA) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia, o Ministério Público da Bahia, o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA) e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo, a Secretaria de Estado de Agricultura do Espírito Santo, o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF), o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER) e ONGs.



## O CORREDOR CENTRAL DA MATA ATLÂNTICA

O Corredor Central da Mata Atlântica tem mais de 8,5 milhões de hectares e estende-se por todo o estado do Espírito Santo e pela porção sul da Bahia (Figura 2). Ele abrange dois centros de endemismo, definidos com base na área de distribuição de vertebrados (Müller, 1973; Kinzey, 1982; Costa et al., 2000; Silva et al., 2004), de borboletas (Tyler et al., 1994) e de plantas (Prance, 1982; Soderstrom et al., 1988). Nessa região, ocorrem várias fisionomias de floresta ombrófila, além de florestas semidecíduais, restingas e manguezais, ao longo dos estuários. O extremo sul da Bahia e o norte do Espírito Santo constituem uma das principais áreas de mata de tabuleiro (uma variação da floresta ombrófila densa) do Corredor Central da Mata Atlântica. Comparada com as outras formações de matas neotropicais, a mata de tabuleiro é incomum devido à grande diversidade de espécies e à elevada densidade de lianas (Peixoto e Gentry, 1990).

O Corredor Central da Mata Atlântica apresenta extrema riqueza biológica e abriga muitas espécies de distribuição restrita e ameaçadas de extinção (Prado et al., 2003; Aguiar et al., 2005; Ayres et al., 2005; IPEMA, 2005). Em estudo realizado pelo herbário da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) e pelo Jardim Botânico de Nova York em uma reserva

privada no município de Uruçuca (BA), foram encontradas 458 espécies de árvores em um hectare de floresta, recorde mundial de riqueza de plantas lenhosas (Thomas et al., 1998). Outro estudo, realizado na Estação Biológica de Santa Lúcia (ES), em área de floresta submontana (entre 600 e 900 metros de altitude), revelou a existência de 443 espécies de árvores também em um único hectare (Thomaz e Monteiro, 1997). A região entre os estados da Bahia e do Espírito Santo destaca-se ainda pela presença de diversos táxons tipicamente amazônicos associados à costa atlântica (Aguiar et al., 2005).

A grande diversidade de espécies revela-se, também, na fauna de vertebrados. As comunidades de primatas do sul da Bahia e das terras altas do Espírito Santo são de particular interesse, tendo em vista que essa região é uma das poucas em que ocorrem os seis gêneros de primatas da Mata Atlântica. As 12 espécies que ocorrem no Corredor representam 60% das espécies de primatas endêmicos da Mata Atlântica (Pinto, 1994).

O Corredor Central da Mata Atlântica possui mais de 50% das espécies de aves endêmicas do bioma (Cordeiro, 2003). Uma diversidade de aves excepcionalmente elevada aparece na Bahia. Foram descobertas recentemente cinco novas espécies e um novo gênero (*Acrobatornis*) no sul do estado (Aguiar et al., 2005).

A relevância e a diversidade de ecossistemas existentes dentro dos limites do Corredor Central da Mata Atlântica, sejam eles terrestres (os mosaicos de florestas e ecossistemas associados) ou costeiros e marinhos (os manguezais, as restingas e as áreas de recifes de corais), todos com extrema importância biológica e em rápido processo de degradação, indicam a necessidade urgente de implantação dos espaços protegidos e de sensibilização dos moradores da região (Prado et al., 2005; IPEMA, 2005).

O Corredor Central da Mata Atlântica possui 83 unidades de conservação. As unidades estaduais abrangem 53% de toda a superfície protegida e possuem, em média, 10.118 hectares. As 16 unidades de conservação federais totalizam 245.036 hectares, e as reservas privadas, 11.145 hectares. Esses espaços protegidos são locais privilegiados para o estabelecimento de estratégias e políticas públicas que visem ao restabelecimento e à manutenção da conectividade biológica.

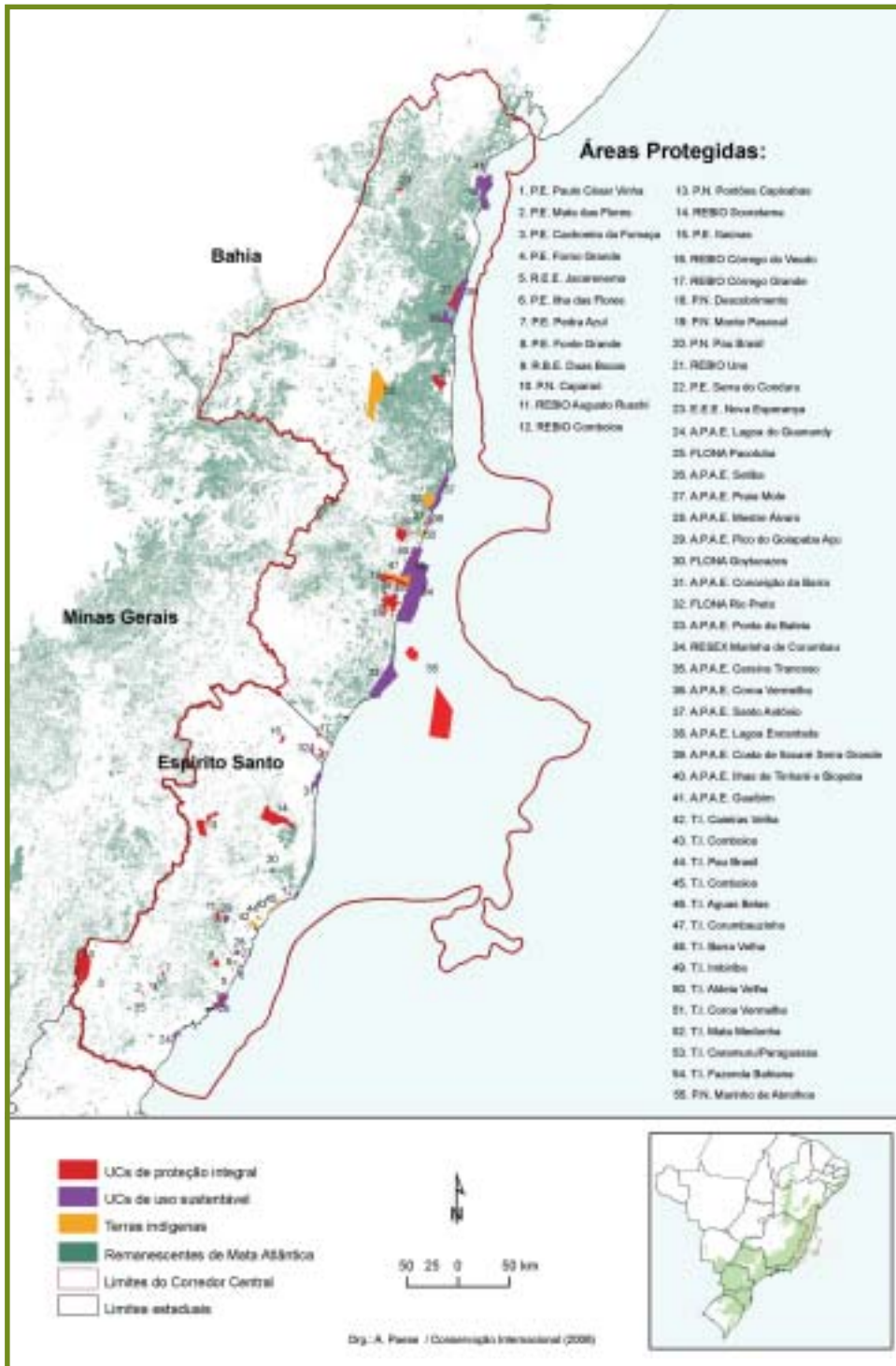


Figura 2 – Limites do Corredor Central da Mata Atlântica, de acordo com o Projeto Corredores Ecológicos, com suas áreas protegidas.

No Extremo Sul da Bahia encontra-se um dos mais importantes mosaicos de unidades de conservação do Corredor, que compreende quatro parques nacionais – Descobrimento, Monte Pascoal, Pau-Brasil e Abrolhos. Juntos, esses parques mantêm cerca de 50.000 hectares de florestas e 90.000 hectares de áreas marinhas. As pequenas bacias hidrográficas que essas unidades de conservação terrestres protegem são extremamente importantes não só para a biodiversidade da Mata Atlântica, mas também para os recifes de coral e outros ecossistemas marinhos do parcel de Abrolhos, da Reserva Extrativista do Corumbau e do Parque Nacional Marinho de Abrolhos. Essa região constitui-se no maior e mais rico conjunto de recifes de coral do Atlântico Sul, com altíssimo grau de endemismo da fauna marinha (Werner et al., 2000). Já no Espírito Santo, destaca-se o complexo formado pela Reserva Biológica de Sooretama e pela Reserva Florestal de Linhares, que protegem cerca de 44.000 hectares de matas de tabuleiro.

As principais atividades econômicas do Corredor Central da Mata Atlântica baseiam-se no cultivo do cacau, do eucalipto e do café, na pecuária e na exploração do turismo. O sul da Bahia é a região que mais produz cacau no Brasil. O cacau é plantado utilizando-se um sistema denominado cabruca. Na cabruca, árvores nativas são mantidas para sombrear os pés de cacau, que dominam o sub-bosque. Mais de 600.000 hectares de cacau são cultivados na Bahia, 70% dos quais sob o sistema de cabruca (Araújo, 1997). A cabruca abriga uma grande variedade de plantas e animais nativos (Pinto, 1994; Moura, 1999) e contribui para conectar unidades de conservação. O eucalipto, principal matéria-prima para a produção de celulose, ocupa parcelas significativas de terra no extremo sul da Bahia e no centro-norte do Espírito Santo.

No Espírito Santo está o pólo industrial de celulose mais importante do Brasil. As empresas florestais possuem mais de 800 mil hectares de terra no Corredor, e cerca de 35% deles são formados por fragmentos florestais em diferentes estágios sucessionais. Isso significa que existe aí um extenso mosaico de formações florestais com grande potencial para melhorar a conectividade ao longo do Corredor. Mais ao sul, especialmente na região serrana capixaba, área de ocorrência de populações importantes da preguiça-de-coleira (*Bradypus torquatus*) e do muriqui-do-norte (*Brachyteles hypoxanthus*), um dos 25 primatas mais ameaçados do mundo, predomina a cultura cafeeira.





## **AVANÇOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO CORREDORES ECOLÓGICOS NO CORREDOR CENTRAL DA MATA ATLÂNTICA**

O planejamento do Corredor Central da Mata Atlântica está avançando por meio de um processo de intensa participação das instituições que atuam na região. Como parte da estratégia, foram indicadas 11 áreas prioritárias para a segunda fase do Projeto, que estão sendo denominadas áreas focais. Essas áreas focais foram definidas a partir do aprimoramento das informações existentes e correspondem aos espaços estratégicos assinalados nas Figuras 3 e 4.

### **INTERFACES DO PROJETO CORREDORES ECOLÓGICOS**

Mais de 200 organizações envolveram-se na primeira fase do Projeto Corredores Ecológicos, que também manteve relações de parceria direta ou indireta com projetos e políticas do Ministério do Meio Ambiente, entre os quais se destacam as ações de capacitação em gestão ambiental nos municípios (realização de dez encontros regionais, envolvendo todos os municípios do estado do Espírito Santo, para discutir e incentivar a formação de corredores

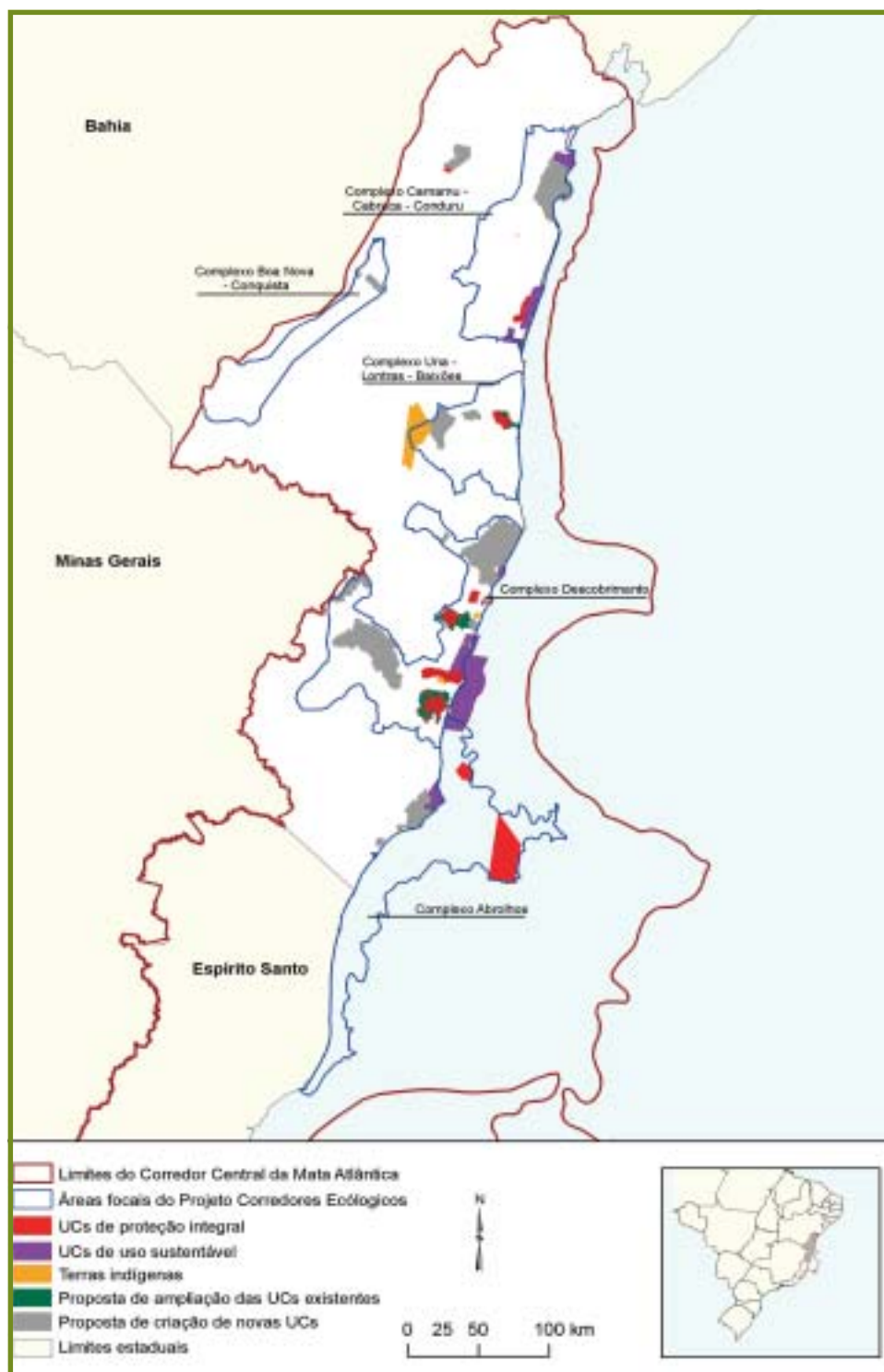


FIGURA 3 – Áreas focais do Projeto Corredores Ecológicos na Bahia.

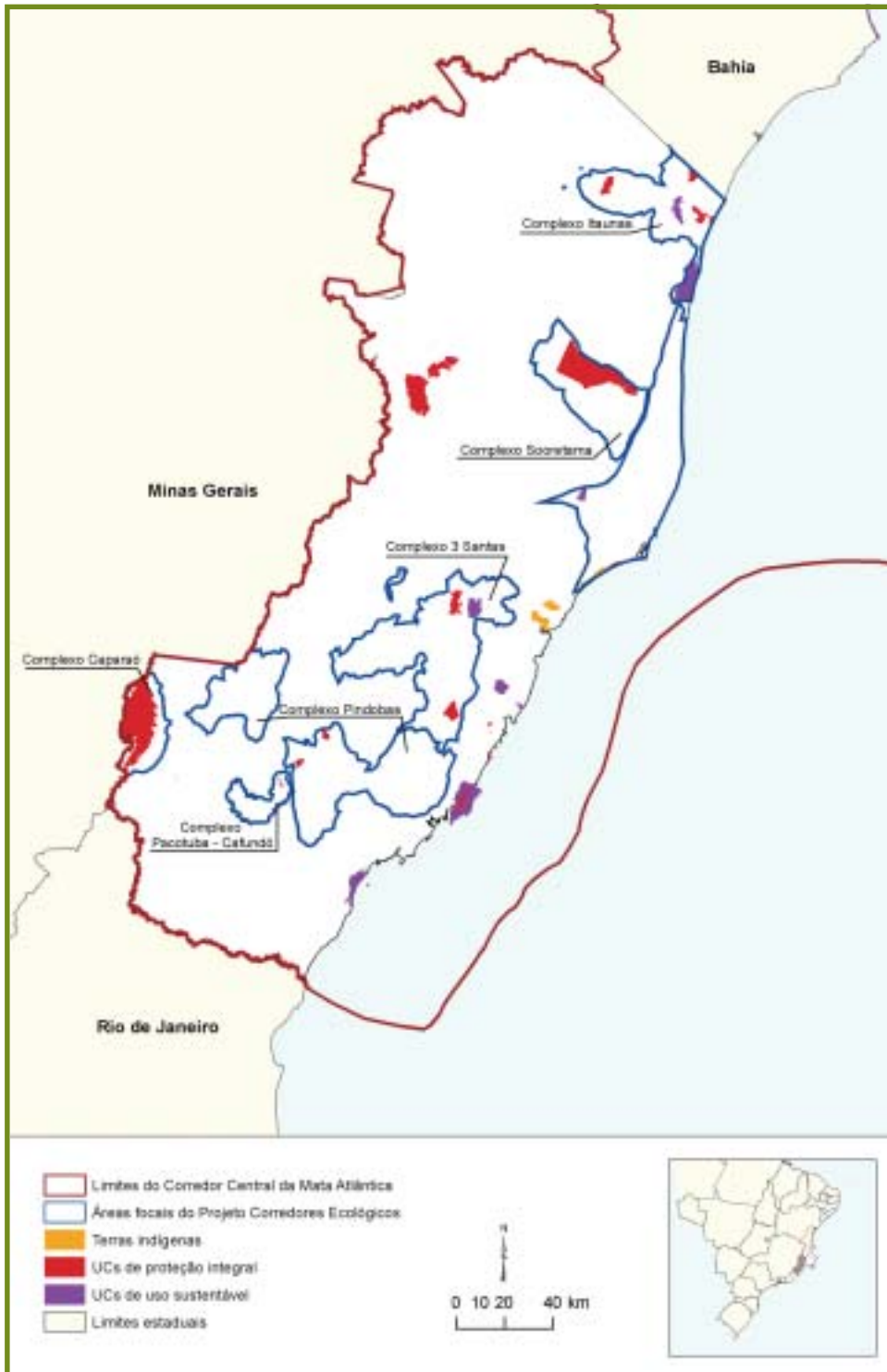


FIGURA 4 – Áreas focais do Projeto Corredores Ecológicos no Espírito Santo.

ecológicos); a promoção da fiscalização ambiental integrada, por meio da realização de campanhas e de capacitação; e a gestão descentralizada, com o envolvimento de diferentes fóruns e organizações da sociedade civil. Ressalte-se, ainda, o apoio às ONGs, por meio de oficinas de elaboração de projetos para o edital “Mosaicos de áreas protegidas: uma estratégia de desenvolvimento territorial com base conservacionista”, publicado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), e para o edital dos Projetos Demonstrativos da Mata Atlântica (PDA-Mata Atlântica).

Dentro do mesmo esforço de integração, as áreas prioritárias de conservação da Mata Atlântica do PROBIO foram utilizadas como base para a escolha das áreas focais da segunda fase do Projeto, e promoveu-se a articulação com o Programa dos Sítios do Patrimônio Natural do Brasil em áreas de atuação comum.

## CAPACITAÇÃO DE ATORES SOCIAIS

Uma vez que a participação é muito importante para o sucesso das estratégias do Projeto Corredores Ecológicos, um grande investimento foi feito em capacitação de atores sociais. Na primeira fase do Projeto foram realizadas 47 oficinas de capacitação, que envolveram aproximadamente mil pessoas, entre técnicos do IBAMA, representantes das organizações estaduais de meio ambiente, dos municípios, das ONGs, das unidades de conservação (incluindo as Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs) e do setor privado e lideranças locais.

No Espírito Santo, foi realizada uma série de treinamentos com o objetivo de divulgar o conceito de corredor, auxiliar na elaboração de políticas públicas para subsidiar a implantação dos corredores e promover a atualização profissional de técnicos e fiscais envolvidos com as ações do Projeto, destacando-se os seguintes cursos: atualização sobre fiscalização ambiental nos corredores ecológicos, *workshop* sobre o plano de prevenção e combate a incêndios florestais, gestão ambiental em assentamentos de reforma agrária, ecoturismo, estímulo à formação de RPPNs no Espírito Santo, ICMS ecológico, além do seminário “Unidades de conservação: novos temas em debate” e do fórum técnico capixaba de ecoturismo e turismo sustentável.

Dentre as atividades realizadas no estado da Bahia, destaca-se a oficina sobre gestão e manejo de unidades de conservação do Corredor Central da Mata Atlântica, com a participação de 25 gestores, que apontaram soluções para os problemas relacionados com as unidades de conservação inseridas no Corredor e discutiram temas como conservação da biodiversidade, presença das monoculturas, introdução de espécies exóticas da fauna e da flora, elaboração de planos de manejo, método de avaliação ecológica rápida e fontes de financiamento nacionais e internacionais para áreas protegidas. Foi também realizado um curso de fiscalização ambiental, com 130 horas de duração.

Em cada um dos estados, Bahia e Espírito Santo, foi realizado um curso de interpretação ambiental, com o objetivo de difundir um novo modo de ver a mata e de formar multiplicadores das práticas de interpretação ambiental. Ambos os estados também promoveram um curso sobre métodos e técnicas de condução de reuniões e sobre planejamento participativo, tendo como público-alvo os gestores de unidades de conservação e membros do Comitê e dos Subcomitês da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

### **MONITORAMENTO E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**

As unidades de conservação também têm sido foco das ações do Projeto Corredores Ecológicos. Dentro dos limites do Corredor Central da Mata Atlântica, sete unidades de conservação tiveram planos de manejo realizados, oito receberam apoio para a formação de conselhos gestores e cinco, para implantação de infra-estrutura.

No estado da Bahia, destacam-se as seguintes atividades:

- elaboração dos planos de manejo do Parque Estadual Serra do Conduru e da Área de Proteção Ambiental (APA) do Pratigi;
- atualização e mapeamento da cobertura florestal e levantamento socioambiental da APA Itacaré/Serra Grande;
- revisão do zoneamento das APAs Itacaré/Serra Grande e Tinharé/Boipeba;
- implantação dos conselhos gestores da APA Tinharé/Boipeba e do Parque Estadual Serra do Conduru;
- implementação de ações de agroecologia no entorno dos Parques Nacionais do Monte Pascoal e do Pau-Brasil;

- aquisição e instalação de equipamentos para a implementação dos planos de manejo do Parque Estadual Serra do Conduru e das APAs do Pratigi e Itacaré/Serra Grande;
- apoio à formação dos conselhos gestores das APAs Santo Antônio, Caraíva/Trancoso e Ponta da Baleia/Abrolhos e da Estação Ecológica Wenceslau Guimarães;
- monitoramento da cobertura florestal do estado da Bahia.

No Espírito Santo, destacam-se:

- elaboração do plano de manejo do Parque Estadual da Pedra Azul;
- levantamento da avifauna e da mastofauna e investimentos em infra-estrutura de fiscalização e combate a incêndios florestais no Parque Estadual do Forno Grande;
- implantação de infra-estrutura para educação ambiental, fiscalização e combate a incêndios florestais e do sistema de radiocomunicação do Parque Estadual de Itaúnas;
- apoio à criação do Parque Nacional dos Pontões Capixabas, com a realização do levantamento fundiário da área.

Novas informações sobre a importância biológica de várias áreas foram obtidas por meio dessas iniciativas. A partir da elaboração do plano de manejo da APA do Pratigi, por exemplo, foram descobertos vários sítios arqueológicos na região, 22 espécies de anfíbios foram adicionadas ao diagnóstico e 4 novas espécies foram descobertas para a ciência, além de terem sido registradas novas ocorrências para a área, a exemplo do peixe do gênero *Rivulus*, endêmico do bioma. O diagnóstico do plano de manejo do Parque Estadual Serra do Conduru confirmou a grande relevância da flora e da fauna dessa unidade de conservação. Estudos de pesquisadores da Universidade Estadual de Santa Cruz, durante a elaboração do plano de manejo do parque, registraram o maior número de espécies arbóreas já detectadas em uma área: 144 espécies de árvores, em apenas 1.000m<sup>2</sup>. Outro fato relevante foi o reconhecimento, por meio da revisão do zoneamento da APA Itacaré/Serra Grande, da formação vegetal denominada Campo Cheiroso como uma área relictual de extrema relevância biológica. Essa formação havia sido anteriormente caracterizada como agrícola/antropizada.



Para a segunda fase do Projeto Corredores Ecológicos, a criação de unidades de conservação terá como base os trabalhos já em andamento da equipe técnico-científica responsável pela proposta de criação e ampliação da rede de unidades de conservação da Bahia. Essa equipe é constituída por representantes do Ministério do Meio Ambiente, do IBAMA, de organizações governamentais estaduais e municipais, de organizações da sociedade civil e de universidades com atuação na região. Os trabalhos contam ainda com o apoio do Comitê e dos Subcomitês da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

O Projeto, que também recebe apoio do CEPF-Mata Atlântica, prevê a criação de 14 e a ampliação de 3 unidades de conservação na porção baiana do Corredor, aumentando em seis vezes a cobertura de espaços protegidos na região. Segundo simulações realizadas, esse incremento no sistema de unidades de conservação teria impacto positivo direto sobre ao menos 35 espécies de vertebrados terrestres endêmicas e ameaçadas, conforme a "lista vermelha" da União Mundial para a Natureza (IUCN), das quais 3 constam na categoria "criticamente em perigo", 17, na categoria "em perigo" e 15, na categoria "vulnerável". O incremento da área protegida atingiria 67% das espécies de vertebrados terrestres ameaçadas e endêmicas da Mata Atlântica que ocorrem no Corredor Central e 78% das espécies que têm sua distribuição restrita ao sul da Bahia. As novas unidades contribuirão também para incluir ecossistemas ainda pouco ou nada representados pela rede atual de áreas

protegidas, como as florestas submontanas, as florestas estacionais semi-decíduais, as restingas e as muçunungas.

O Projeto Corredores Ecológicos possibilitou ainda a formação e o fortalecimento da rede de gestores de unidades de conservação do Corredor Central da Mata Atlântica, um fórum que facilita o estabelecimento de parcerias, a troca de experiências, o desenvolvimento de planejamentos conjuntos e a discussão de temas atuais relevantes para os gestores. Foram realizados, entre 2003 e 2005, três encontros de gestores de unidades de conservação do Corredor Central da Mata Atlântica, por meio de uma parceria entre o Projeto Corredores Ecológicos e as ONGs Conservação Internacional, Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia (IESB) e Associação Flora Brasil.

## **PLANO INTEGRADO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**

Nos dois estados que fazem parte do Corredor Central da Mata Atlântica foram elaborados planos integrados de fiscalização. Esses planos têm como objetivo a integração dos diversos órgãos responsáveis pelas atividades de fiscalização, a fim de unificar procedimentos e de garantir maior eficiência na proteção e na conservação da biodiversidade. As ações integradas promovem o fortalecimento das estruturas institucionais relacionadas com os setores de licenciamento ambiental, vigilância e controle.

No Espírito Santo, o plano de fiscalização foi elaborado com a participação do IEMA, do IDAF, do IBAMA, da Companhia de Polícia Ambiental e do Projeto Corredores Ecológicos, tendo como principal estratégia o patrulhamento aéreo da Mata Atlântica. As ações de fiscalização foram feitas com o uso do helicóptero do governo do Estado. Foram realizados sobrevôos em dez diferentes setores, com uma média de duração de cinco horas por setor e periodicidade quinzenal. Agressões ambientais como desmatamentos, queimadas, impactos causados por mineração e barragens irregulares foram identificadas e georeferenciadas. Após a realização do patrulhamento aéreo, os pontos de agressão eram plotados em mapas e encaminhados para as equipes de terra, que se dirigiam aos locais indicados e, quando necessário, formalizavam autos de infração, com informações sobre a localização, a situação encontrada e as ações realizadas.



Na Bahia, está sendo consolidado o Plano Integrado de Fiscalização, um sistema de cooperação administrativa entre órgãos públicos federais e estaduais (CRA, IBAMA, Superintendência de Desenvolvimento Florestal e Unidades de Conservação, Polícia Civil, Companhia de Polícia de Proteção Ambiental, Polícia Federal, Polícias Rodoviária Federal e Estadual e Ministério Público), que conta também com a participação da sociedade civil. O plano tem por objetivo elevar a eficiência e a eficácia das ações de fiscalização e desenvolver mecanismos de monitoramento e vigilância no Corredor Central da Mata Atlântica. Também está sendo implementado um Programa de Capacitação, Treinamento e Sensibilização Ambiental, para servir como instrumento de planejamento participativo, visando à redução e à gradativa erradicação das agressões ambientais. Participaram dos cursos realizados em Salvador e Ilhéus, com 260 horas de aulas práticas e teóricas sobre temas relacionados com a fiscalização ambiental, 130 técnicos e fiscais ambientais. Já foram realizadas operações de fiscalização nas três sub-regiões do Corredor Central da Mata Atlântica na Bahia (Baixo Sul, Sul e Extremo Sul). Será elaborado, ainda, um roteiro de procedimentos administrativos e jurídicos para elevar a eficiência e a eficácia das ações públicas de fiscalização e controle, para cuja execução será firmado um acordo interinstitucional. Estão também sendo realizados a revisão e o desenvolvimento de procedimentos para dar agilidade ao andamento dos processos de crime ambiental, de modo a acelerar e tornar efetivos a recuperação dos danos e o pagamento das multas.





## O FUNDO DE PARCERIA PARA ECOSSISTEMAS CRÍTICOS NO CORREDOR CENTRAL DA MATA ATLÂNTICA

O Fundo de Parceria para Ecosistemas Críticos (CEPF) é fruto de uma aliança entre a Conservação Internacional, o Banco Mundial, o Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF), a Fundação MacArthur e o governo do Japão para apoiar projetos de conservação dos *hotspots* de biodiversidade mundiais (Mittermeier et al., 2004). O CEPF procura favorecer o engajamento da sociedade civil nesses projetos e promover alianças de trabalho entre grupos comunitários, ONGs, instituições de ensino e pesquisa e o setor privado.

O CEPF destinou 8 milhões de dólares à Mata Atlântica, um dos *hotspots* brasileiros, e desempenha um papel inédito nesse bioma ao valorizar a abordagem de certos temas que complementam os objetivos estabelecidos pelo Projeto Corredores Ecológicos. A coordenação local do Fundo nesse bioma é realizada pela Aliança para a Conservação da Mata Atlântica, parceria entre a Fundação SOS Mata Atlântica e a Conservação Internacional. A coordenação, em conjunto com parceiros regionais, definiu duas regiões prioritárias para investimentos em conservação: o Corredor Central da Mata Atlântica e o Corredor da Serra do Mar. As linhas temáticas para investimento do CEPF na Mata

Atlântica podem ser sintetizadas em: planejamento de paisagem e implantação dos corredores, expansão e fortalecimento de unidades de conservação e proteção às espécies ameaçadas.

A operacionalização do CEPF na Mata Atlântica dá-se pelo recebimento de propostas por demanda espontânea ou por meio de editais lançados

pelos Programas Especiais. Foram criados três Programas Especiais para facilitar o apoio a pequenos projetos: o Programa de Fortalecimento Institucional, o Programa de Incentivo às RPPNs da Mata Atlântica e o Programa para Conservação de Espécies Ameaçadas da Mata Atlântica.

*Os hotspots de biodiversidade são áreas que apresentam uma diversidade biológica única, com grande riqueza de espécies endêmicas, e que sofrem graves ameaças de destruição. Em todo o mundo, foram reconhecidos 34 hotspots, regiões que representam 2,3% da superfície terrestre e abrigam 50% de todas as espécies de plantas e 42% das espécies de vertebrados terrestres do mundo.*

Pela demanda espontânea são apoiados projetos propostos por organizações da sociedade civil, por institutos de pesquisa e pelo setor privado cujos temas centrais estejam de acordo com as prioridades de investimento aprovadas pelo Conselho de Doadores do CEPF. Desde o início de sua operação, em 2002, o CEPF-Mata Atlântica aprovou 45 projetos apresentados por demanda espontânea e 201 pelos Programas Especiais. Os principais resultados dos projetos relativos ao Corredor Central da Mata Atlântica, em cada linha temática, são apresentados a seguir.

## PLANEJAMENTO DE PAISAGEM E IMPLEMENTAÇÃO DOS CORREDORES

Muitos dos projetos apoiados pelo CEPF no Corredor Central da Mata Atlântica envolvem estratégias variadas de conservação da biodiversidade, com diferentes escalas de planejamento, podendo abranger desde localidades restritas ou cursos d'água até bacias hidrográficas e grandes regiões, como a região cacaueira tradicional, ou mesmo um estado inteiro.

Vários projetos objetivam a definição de áreas ou ações prioritárias para a conservação, a exemplo do projeto "Conservação da biodiversidade da Mata

Atlântica no estado do Espírito Santo”. Nessa mesma linha, estão sendo propostas ações de manejo e conservação de ambientes de cavernas em algumas regiões do Corredor Central da Mata Atlântica, a partir da avaliação do estado de preservação dessas cavernas, da identificação das principais pressões que atuam sobre elas e da análise das comunidades de invertebrados cavernícolas.

O desenvolvimento de instrumentos legais para a conservação da diversidade biológica é o foco de alguns projetos apoiados pelo CEPF-Mata Atlântica. Um deles trata do fortalecimento de leis ambientais e de sua aplicação, com vistas à integração e à melhoria da atuação dos órgãos de proteção dos recursos naturais no Corredor Central da Mata Atlântica. Destaca-se também o diagnóstico sobre o tráfico de animais silvestres no Corredor, que levará à elaboração de um plano estratégico de combate a esse crime ambiental. Com esses projetos, pretende-se incentivar a melhoria das ações de proteção e a articulação entre os órgãos de pesquisa, gestão, manejo, fiscalização e controle.

Ainda no tocante ao desenvolvimento de instrumentos legais para conservação, tem destaque o apoio às listas de espécies da flora e da fauna ameaçadas, já concluídas para o estado do Espírito Santo e em processo de elaboração para a Bahia. As chamadas “listas vermelhas” são um instrumento importante para o monitoramento do estado da biodiversidade e para a identificação de estratégias de conservação de espécies. O governo federal e alguns estados adotaram essa estratégia e estabeleceram políticas para a proteção das espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção.

Diversas ações de recuperação florestal são executadas por projetos distintos, como a implantação de um sistema sustentado de recuperação ambiental e gestão coletiva da paisagem na bacia do rio Caraíva, operado pela comunidade local, e o incentivo à criação de um comitê de gestão da bacia. A produção de mudas de espécies nativas do bioma, o plantio em áreas degradadas e a promoção de cursos sobre recuperação ambiental para produtores rurais são atividades comumente executadas por várias instituições parceiras do CEPF-Mata Atlântica.

A busca de atividades econômicas compatíveis com a implantação do Corredor Central da Mata Atlântica também é um tema estratégico que está sendo discutido e implementado por meio de vários projetos, como o relativo aos



sistemas agroflorestais (SAFs) no Baixo Sul da Bahia, que inclui a realização de um diagnóstico ecológico e socioeconômico, o resgate do conhecimento formal e informal sobre SAFs, o intercâmbio de experiências entre as comunidades agrícolas e estudos de viabilidade econômica dos SAFs.

O CEPF-Mata Atlântica também estabeleceu parceria com o Programa para a Conservação da Biodiversidade nos Sítios do Patrimônio Mundial Natural do Brasil. Os sítios do patrimônio natural são áreas com formações físicas, biológicas e geológicas excepcionais, locais de ocorrência de espécies animais e vegetais ameaçadas e áreas de alto valor científico, de conservação ou estético. O Programa Sítios do Patrimônio Mundial no Brasil é uma ampla parceria que envolve o Ministério do Meio Ambiente, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Fundação das Nações Unidas, o WWF, a The Nature Conservancy e a Conservação Internacional. A aliança entre o CEPF-Mata Atlântica e o Programa está em sua fase inicial e visa a apoiar ações de conservação no Sítio da Costa do Descobrimento, que se encontra inteiramente inserido no Corredor Central da Mata Atlântica e engloba cinco unidades de conservação (as Reservas Biológicas de Una e de Sooretama, a RPPN Veracruz e os Parques Nacionais do Pau-Brasil, do Monte Pascoal e do Descobrimento) e uma área privada (a Reserva Florestal de Linhares). As atividades propostas envolvem ações estruturais, como proteção de espécies e ecossistemas, conscientização e educação ambiental, treinamento e promoção do ecoturismo e outras iniciativas de desenvolvimento socioeconômico sustentável.

## EXPANSÃO E FORTALECIMENTO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Recursos do CEPF vêm sendo destinados para unidades de conservação públicas e para reservas privadas. Os projetos que envolvem unidades de conservação investem tanto em implantação, criação ou expansão de áreas específicas quanto no fortalecimento do sistema de áreas protegidas.

O CEPF-Mata Atlântica apoiou a criação da equipe técnico-científica que trabalha, juntamente com o Ministério do Meio Ambiente, no aprimoramento de uma proposta de ampliação da rede de unidades de conservação de proteção integral na porção baiana do Corredor Central da Mata Atlântica, como relatado no item “Monitoramento e conservação da biodiversidade (Avanços na implementação do Projeto Corredores Ecológicos no Corredor Central da Mata Atlântica)”.

Várias ações estão sendo conduzidas especificamente para o entorno das unidades de conservação. A conexão entre os Parques Nacionais do Descobrimento e do Monte Pascoal, por exemplo, está sendo estimulada por meio do incentivo à adoção de técnicas agrícolas de baixo impacto pelos agricultores familiares e proprietários de terras. No entorno da Reserva Biológica de Una estão sendo realizadas a identificação de modelos de sistemas agroflorestais e de uso sustentável da terra e a disseminação desses modelos entre os agricultores.

A disseminação de conhecimentos e de experiências que favoreçam a proteção da biodiversidade, a diminuição das pressões sobre as unidades de conservação e o uso adequado das zonas de amortecimento está sendo realizada por meio de um programa de educação ambiental para alunos da rede escolar e de um plano de capacitação de professores e de sensibilização de agricultores e proprietários rurais que vivem no entorno de duas RPPNs na região Sul da Bahia, que estão sendo chamadas de Centros de Difusão Ambiental.

Um diagnóstico sobre a efetividade do manejo das unidades de conservação estaduais e federais do estado do Espírito Santo foi realizado e poderá servir de referência para o monitoramento e o planejamento dessas áreas. Estudos dessa natureza servem como indicadores das condições das unidades e da adequação das políticas nelas desenvolvidas. A aplicação da mesma

metodologia no sul da Bahia poderá fornecer uma visão integral das condições das unidades de conservação do Corredor Central da Mata Atlântica.

No bioma Mata Atlântica, devido às limitações do sistema público de áreas protegidas, vem-se ampliando a importância da participação do setor privado nas estratégias de conservação *in situ* da biodiversidade, principalmente por meio da criação de RPPNs. Nesse contexto, o CEPF-Mata Atlântica, por meio do Programa de Incentivo às RPPNs da Mata Atlântica, coordenado pela Aliança para Conservação da Mata Atlântica, apóia diretamente os proprietários rurais em iniciativas que promovam condições para a criação e a manutenção de RPPNs. Nos quatro editais já lançados, o programa apoiou, no Corredor Central da Mata Atlântica, 19 projetos voltados para a gestão de RPPNs e 20 projetos de criação de pelo menos 45 novas reservas. A maioria desses projetos concentra-se na região cacauzeira da Bahia. Esse incentivo permitirá a duplicação do número de reservas no Corredor. O Programa diferencia-se por permitir que um proprietário de terra, como pessoa física, seja proponente e gestor dos recursos financeiros do projeto.

## PROTEÇÃO ÀS ESPÉCIES AMEAÇADAS

No que se refere à proteção de espécies, são apoiados projetos mediante demanda espontânea ou por meio do Programa de Espécies Ameaçadas, coordenado pela Fundação Biodiversitas juntamente com o Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (CEPAN). Os investimentos desse Programa, diferentemente das outras linhas de financiamento do CEPF-Mata Atlântica, não são restritos aos corredores, mas estendem-se para todo o bioma.

Os recursos investidos por meio do Programa de Espécies Ameaçadas estão contribuindo para aumentar os conhecimentos biológicos e para definir estratégias de conservação para 15 espécies ameaçadas de extinção com ocorrência no Corredor Central da Mata Atlântica: o pau-brasil (*Caesalpinia echinata*) e bromélias do gênero *Lymania*; os invertebrados *Leptagrion acutum* (libélula) e *Heliconius nattereri* (borboleta); os peixes peracuca (*Kalyptodoras bahensis*), andirá (*Henochilus wetlandii*), surubim-do-doce (*Steindachneridion doceana*) e mero (*Epinephelus itajara*); as aves mutum-do-sudeste (*Crax blumenbachii*) e papagaio-chauá (*Amazona rhodocorytha*); e os mamíferos rato-da-árvore

(*Phyllomys unicollor*), preguiça-de-coleira (*Bradypus torquatus*), muriqui (*Brachyteles hypoxanthus*), bugio-marrom (*Alouatta guariba guariba*) e macaco-prego-do-peito-amarelo (*Cebus xanthosternos*).

Outros projetos desenvolvidos a partir da demanda espontânea merecem destaque, por tratarem de espécies raras ou endêmicas do Corredor, como aqueles sobre viabilidade populacional do macaco-prego-do-peito-amarelo (*Cebus xanthosternos*), sobre a definição das áreas prioritárias para a conservação do mico-leão-da-cara-dourada (*Leontopithecus chrysomelas*) e sobre promoção da conservação e do uso sustentável de uma rede de áreas importantes para a conservação de algumas das espécies de aves mais ameaçadas da Mata Atlântica: macuquinho-baiano (*Scytalopus psychopompus*), gravatazeiro (*Rhopornis ardesiaca*) e saíra-apunhalada (*Nemosia rourei*). Essas áreas são consideradas como Important Bird Areas (IBAs) pela BirdLife International.

Estudos que envolvem a avaliação de espécies exploradas economicamente também auxiliam na implantação dos corredores, além de contribuir para o manejo adequado dessas espécies. Destaca-se o estudo do estoque pesqueiro do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*), espécie ameaçada de sobreexploração (Instrução Normativa do MMA n° 5, de 21 de maio de 2004), cujos resultados poderão também subsidiar o manejo dos manguezais de Canavieiras, na Bahia.

## OUTRAS AÇÕES DO CEPF-MATA ATLÂNTICA

O CEPF-Mata Atlântica contribui para a consolidação e para uma maior articulação e projeção de pequenas organizações que atuam em questões ambientais nos corredores, por meio do Programa de Fortalecimento Institucional. O Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia (IESB) coordena esse programa no Corredor Central da Mata Atlântica, e a Associação Mico-Leão Dourado, no Corredor da Serra do Mar.

No Corredor Central, o programa, além de ter apoiado 33 projetos, realizou 7 oficinas de capacitação, envolvendo mais de 50 organizações. As oficinas trataram dos temas gestão do terceiro setor, conservação da biodiversidade e políticas públicas. Todas as instituições com projetos aprovados foram



visitadas, e foi criada uma rotina de compartilhamento de informações, assistência na estruturação dos relatórios e apoio na elaboração de novos projetos. Algumas ações do programa merecem destaque: a difusão de informações sobre corredores e agroecologia, o incentivo à certificação de proprietários agrícolas como produtores orgânicos, a recomposição florestal por meio do plantio de mudas, a pesquisa científica e o apoio à criação de unidades de conservação públicas e privadas.

Como resultado do apoio dado pelo Programa, muitas ONGs vêm conquistando maior projeção no cenário conservacionista, e é nítida a sua evolução, tanto no plano executivo quanto no de sua organização. Pelo menos 20 instituições já conseguiram novos apoios para seus trabalhos, que incluem desde financiamentos para execução de projetos, a exemplo daqueles concedidos pelo PDA-Mata Atlântica, até pequenos apoios institucionais e estruturais. E novas conquistas são obtidas continuamente.

Outra iniciativa do CEPF-Mata Atlântica foi o desenvolvimento de um plano de comunicação para os corredores. O plano de comunicação para o Corredor Central da Mata Atlântica foi elaborado em uma oficina participativa liderada pela Aliança para Conservação da Mata Atlântica, com a contribuição do Projeto Corredores Ecológicos e de outras instituições com atuação na região.



Todos os produtos definidos como prioritários no plano estão sendo desenvolvidos pelo CEPF. Foi criado um *site* na internet exclusivamente sobre os corredores de biodiversidade da Mata Atlântica ([www.corredores.org.br](http://www.corredores.org.br)), no qual, entre outras informações, apresenta-se a relação dos parceiros e dos projetos apoiados pelo CEPF-Mata Atlântica. Além disso, foi lançada uma campanha de divulgação do Corredor Central da Mata Atlântica e distribuído material específico sobre esse Corredor. Está sendo mantida uma assessoria de imprensa para ampla divulgação de questões de destaque para a mídia, e há previsão de realização de oficinas sobre biodiversidade e conservação para jornalistas.

Além dessas iniciativas, o livro "Mata Atlântica: biodiversidade, ameaças e perspectivas", publicado originalmente em inglês pelo Centro para Ciência Aplicada à Biodiversidade da Conservação Internacional, em 2003, foi traduzido para o português e amplamente distribuído, principalmente entre instituições de pesquisa, ONGs, órgãos de governo e ambientalistas da Mata Atlântica. O objetivo dessa divulgação é contribuir para um melhor conhecimento sobre a Mata Atlântica e recomendar indicadores e medidas de conservação da biodiversidade para o bioma.

Os recursos destinados à Mata Atlântica pelo CEPF estão comprometidos nos projetos em andamento, finalizados ou em fase de contratação. A previsão de encerramento da atuação do CEPF no bioma é o final de 2007. Até essa data, terão prosseguimento as atividades de monitoramento dos projetos, integração entre as instituições envolvidas, execução do plano de comunicação e avaliação geral de impacto do CEPF, bem como as de fortalecimento e estreitamento das relações com outros programas existentes nos corredores. Será possível, porém, perceber a influência do CEPF-Mata Atlântica por um período bem mais extenso que o de sua atuação direta. Em primeiro lugar, em função dos resultados concretos de conservação obtidos nas escalas de paisagem, áreas protegidas e espécies, que irão perdurar por longo tempo. Em segundo lugar, porque novos recursos financeiros estão sendo investidos por outras iniciativas para dar prosseguimento aos projetos apoiados pelo CEPF ou aos que estão surgindo como desdobramentos desses projetos iniciais.



## PERSPECTIVAS E DESAFIOS

A adoção da concepção de corredores ecológicos ou de biodiversidade no Brasil fez emergir uma nova etapa no desenvolvimento da estratégia de conservação do governo federal e das várias ONGs e desencadeou programas mais ambiciosos, como é o caso do Projeto Corredores Ecológicos. O conceito de corredor foi rapidamente incorporado pelas ONGs com atuação na Mata Atlântica, e elas buscaram desenvolver ferramentas e parcerias para pôr em prática ações integradas de conservação no sul da Bahia e no Espírito Santo. No plano institucional, o trabalho nos corredores tem estimulado a participação da sociedade civil em novos níveis e promovido a interação das diferentes instâncias administrativas do setor público.

Nesse contexto, a participação do CEPF-Mata Atlântica, com o apoio estratégico e financeiro que oferece, eleva a possibilidade de êxito das ações de conservação e valoriza as parcerias para a criação de uma estrutura de suporte e coordenação das atividades de campo. Na execução dessas iniciativas, as ONGs e os governos federal e estaduais têm trabalhado juntos, com objetivos comuns, e buscado o envolvimento ativo dos atores locais e o desenvolvimento de sua capacidade de planejamento e de implementação de ações, fundamentais para a real conservação dos recursos naturais do Corredor Central da Mata Atlântica.

O desenvolvimento dessa estratégia, como se procurou mostrar, tem possibilitado avanços importantes, como o melhor planejamento para a conservação, o aumento da escala de atuação, o fortalecimento da rede de áreas protegidas, com a criação e a ampliação de unidades de conservação, a proteção de espécies ameaçadas de extinção, a capacitação de pessoal, a integração de ações de fiscalização e, sobretudo, a formação de redes institucionais. Ao se adotar a escala de corredores, foram formadas várias redes de trabalho, agrupando, por exemplo, ONGs, pesquisadores ou gestores de unidades de conservação públicas e privadas, e, mais recentemente, empresas em setores estratégicos, como o de turismo e o de papel e celulose, o que deu maior capilaridade às ações de conservação. As iniciativas estão sendo desenvolvidas em etapas, e a consolidação dos projetos a partir de áreas prioritárias (ou áreas focais), que funcionam como núcleos irradiadores de ações, será fundamental para o avanço no processo de implementação do Corredor Central da Mata Atlântica e para a proteção da biodiversidade em toda a região.

Um dos grandes desafios desse processo é a ampliação de programas destinados a elucidar questões sobre a dinâmica do território, as relações entre as diferentes unidades de conservação e as áreas de florestas remanescentes, além daquelas relacionadas com os aspectos socioeconômicos e culturais que influenciam os padrões de uso da terra. Temas como recuperação florestal, fiscalização e controle, práticas adequadas de uso do solo, mobilização social para a conservação, gestão compartilhada e pagamento por serviços ambientais necessitam avançar em resultados e escala. É necessário estimular o engajamento das corporações e ampliar a integração entre os programas dos agentes financiadores (por exemplo, o PDA-Mata Atlântica, o Fundo Nacional do Meio Ambiente, o PROBIO/MMA, o CEPF-Mata Atlântica, entre outros), a fim de permitir um melhor direcionamento de recursos e a obtenção do máximo de resultados positivos para a conservação da biodiversidade, com custo mínimo para a sociedade.

A implementação de um corredor pode ser considerada um projeto ambicioso, porém, os resultados iniciais do Projeto Corredores Ecológicos dão já indicações da viabilidade e da eficiência do conceito. A proposta trata os problemas de conservação de forma mais ampla e sob uma perspectiva multiinstitucional e interdisciplinar, que leva em conta também os instrumentos de políticas públicas e econômicas na manutenção de paisagens. Os corredores têm um

grande potencial para servir de estímulo à atuação em rede e à gestão ambiental integrada. A experiência do Corredor Central da Mata Atlântica vem sendo reproduzida em outras partes do bioma, como na Serra do Mar e na região Nordeste, acima do rio São Francisco. Espera-se que essa abordagem traga uma contribuição nova e promissora para um manejo dinâmico e integrado da paisagem, e que, com isso, se ampliem as conquistas e se consolidem os resultados de conservação da biodiversidade na Mata Atlântica e no Brasil, ajudando o País a proteger o seu patrimônio natural e a cumprir as metas da Convenção sobre Diversidade Biológica.





# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aguiar, A. P.; Chiarello, A. G.; Mendes, S. L.; Matos, E. N. 2005. Os Corredores Central e da Serra do Mar na Mata Atlântica brasileira. In: Galindo-Leal, C.; Câmara, I. G. (Eds.). *Mata Atlântica: biodiversidade, ameaças e perspectivas*. Belo Horizonte: Fundação SOS Mata Atlântica, Conservação Internacional e Centro de Ciências Aplicadas à Biodiversidade. cap. 11, p. 119-132.
- Araújo, M. 1997. Conservação da Mata Atlântica na região cacauzeira da Bahia. In: *Anais do V Seminário da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica*. União dos Palmares: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. p. 11-16.
- Ayres, J. M.; Fonseca, G. A. B.; Rylands, A.B.; Queiroz, H.L.; Pinto, L. P.; Masterson, D.; Cavalcanti, R. B. 2005. *Os corredores ecológicos das florestas tropicais do Brasil*. Belém: Sociedade Civil Maminaurá. 256p.
- Cordeiro, P. H. C. 2003. Análise dos padrões de distribuição geográfica das aves endêmicas da Mata Atlântica e a importância do Corredor da Serra do Mar e do Corredor Central para conservação da biodiversidade brasileira. In: Prado P. I.; Landau E. C.; Moura R. T.; Pinto L. P. S.; Fonseca G. A. B.; Alger K. N. (Orgs.). *Corredor de biodiversidade da Mata Atlântica do sul da Bahia*. CD-ROM. Ilhéus: IESB/CI/CABS/UFMG/UNICAMP.
- Costa, L. P.; Leite, Y. L. R.; Fonseca, G. A. B.; Fonseca, M. T. 2000. Biogeography of South American Forest mammals: endemism and diversity in the Atlantic Forest. *Biotropica* 32(4b): 872-881.
- Fonseca, G. A. B., Pinto, L. P.; Rylands, A. B. 1997. Biodiversidade e unidades de conservação. In: *Anais do I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação – Conferências e Palestras*. Curitiba: Universidade Livre do Meio Ambiente, Rede Pró-Unidades de Conservação e Instituto Ambiental do Paraná. p. 189-209.
- Fonseca, G. A. B.; Alger, K.; Pinto, L. P.; Araújo, M.; Cavalcanti, R. 2004. Corredores de biodiversidade: o Corredor Central da Mata Atlântica. In: Arruda, M. B.; Sá, L. F. S. N. (Orgs.). *Corredores ecológicos: uma abordagem integradora de ecossistemas no Brasil*. Brasília: IBAMA. p. 47-65
- Forman, R. T. T. 1995. *Land mosaics: the ecology of landscapes and regions*. Cambridge: Cambridge University Press.
- IPEMA (Instituto de Pesquisas da Mata Atlântica). 2005. *Conservação da Mata Atlântica no Espírito Santo: cobertura florestal e unidades de conservação*. Vitória: IPEMA, Conservação Internacional. 142p.
- Kinzey, W. G. 1982. Distribution of primates and forest refuges. In: Prance, G. T. (Ed.) *Biological diversification in the tropics*. New York: Columbia University Press. p. 455-482.
- Ministério do Meio Ambiente (MMA). 2002. Projeto Corredores Ecológicos. Programa-Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG7. Brasília. 137p. Não publicado.
- Mittermeier, R. A.; Gil, P. R.; Hoffmann, M.; Pilgrim, J.; Brooks, J.; Mittermeier, C. G.; Lamourux, J.; Fonseca, G. A. B. 2004. *Hotspots revisited: earth's biologically richest and most endangered terrestrial ecoregions*. Washington, DC: Cemex.
- Moura, R. T. 1999. *Análise comparativa da estrutura de comunidades de pequenos mamíferos em remanescente de Mata Atlântica e em plantio de cacau em sistema de cabruca no Sul da Bahia*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

- Müller, P. 1973. *The dispersal centers of terrestrial vertebrates in the neotropical realm*. The Hague, Junk.
- Peixoto, A. L.; Gentry, A. 1990. Diversidade e composição florística da mata de tabuleiro na Reserva Florestal de Linhares (Espírito Santo, Brasil). *Revista Brasileira de Botânica* 13: 19-25.
- Pinto, L. P. S. 1994. *Distribuição geográfica, população e estado de conservação de mico-leão-da-cara-dourada, Leontopithecus chrysomelas (Callitrichidae, Primates)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Prado P. I.; Landau E. C.; Moura R. T.; Pinto L. P. S.; Fonseca G. A. B.; Alger, K. (Orgs.). 2003. Corredor de biodiversidade na Mata Atlântica do Sul da Bahia. CD-ROM II. Ilhéus: IESB/CI/CABS/UFMG/UNICAMP.
- Prance, G. T. 1982. Forest refuges: evidence from woody angiosperms. In: Prance, G. T. (Ed.) *Biological diversification in the tropics*. New York: Columbia University Press. p. 137-158.
- Rambaldi, D. M.; Oliveira, D. A. S. (Eds.). 2003. *Fragmentação de ecossistemas: causas, efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente - Secretaria de Biodiversidade e Florestas. 510p.
- Sanderson, J.; Alger, K.; Fonseca, G. A. B.; Galindo-Leal, C.; Inchausty, V. H.; Morrison, K. 2003. *Biodiversity conservation corridors: planning, implementing, and monitoring sustainable landscapes*. Washington, DC: Conservation International.
- Silva, J. M. C.; Sousa, M. C.; Casteleti, C. H. M. 2004. Areas of endemism for passerine birds in the Atlantic Forest. *Global Ecology and Biogeography* 13: 85-92.
- Soderstrom, T. R.; Judziewicz, E. J.; Clark, L. G. 1988. Distribution patterns of Neotropical bamboos. In: Vanzolini, P. E.; Hever, W. R. (Eds.). *Proceedings of a workshop on Neotropical distribution patterns*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências. p. 121-157.
- Thomas, W. W.; Carvalho, A. M. V.; Amorim, A. M. A.; Garrison, J.; Arbeláez, A. L. 1998. Plant endemism in two forests in southern Bahia, Brazil. *Biodiversity and Conservation* 7: 311-322.
- Thomaz, L. D.; Monteiro, R. 1997. Composição florística da Mata Atlântica de encosta da Estação Biológica de Santa Lúcia, município de Santa Teresa, ES. *Boletim do Museu de Biologia Mello Leitão (N.Ser.)* 7: 3-48.
- Tyler, H.; Brown, K. S. Jr.; Wilson, K. 1994. *Swallowtail butterflies of the Americas: a study in biological dynamics, ecological diversity, biosystematics and conservation*. Gainesville: Scientific Publishers.
- Weinz, J. A. 1996. Wildlife in patchy environments: metapopulations, mosaics and management. In: McCullugh, D. R. (Ed.) *Metapopulations and wildlife management*. Washington, D. C.: Island Press. p. 53-84.
- Werner, T. B.; Pinto, L.P.; Dutra, G. F.; Pereira, P. G. P. 2000. Abrolhos 2000: conserving the Southern Atlantic's richest coastal biodiversity into the next century. *Coastal Management* 28: 99-108.



## AGRADECIMENTOS

O Ministério do Meio Ambiente e a Aliança para Conservação da Mata Atlântica agradecem ao Fundo Fiduciário para Proteção das Florestas Tropicais, administrado pelo Banco Mundial, e ao governo da Alemanha, por intermédio do banco alemão Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), doadores de recursos ao Projeto Corredores Ecológicos, que integra o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil; ao governo do Japão, à Fundação McArthur, ao Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF) e ao Banco Mundial, que, junto com a Conservação Internacional, compõem o grupo de doadores do Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos (CEPF).

Agradecem também ao IBAMA e aos órgãos e entidades de governo dos estados da Bahia e do Espírito Santo empenhados na implantação do Corredor Central da Mata Atlântica, em especial a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia, o Centro de Recursos Ambientais da Bahia, o Ministério Público da Bahia, o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo, a Secretaria de Estado de Agricultura do Espírito Santo, o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo, o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural; ao Comitê e aos Subcomitês da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica; e, por fim, às ONGs, às associações de classe, aos proprietários de RPPNs, às universidades, às empresas e aos cidadãos envolvidos e comprometidos com a conservação da biodiversidade que, de várias formas, vêm contribuindo para a implantação do Corredor Central da Mata Atlântica.

### **Projeto Corredores Ecológicos**

Unidade de Coordenação Geral

CRS 514 – Bloco B – Loja 59 – 1º andar

W3 Sul – Brasília – DF

CEP 70380-525

Tel: (61) 4009-9194

Fax: (61) 4009-9193

*e-mail:* [corredores.ecologicos@mma.gov.br](mailto:corredores.ecologicos@mma.gov.br)

### **Unidade de Coordenação Estadual – Bahia (UCE/BA)**

Parque Zoobotânico Getúlio Vargas

Rua Alto de Ondina, s/n, Ondina

Salvador – BA

CEP 40170-110

Tel: (71) 3237-9403 / 9407 / 9408

Fax: (71) 3237-9410

### **Unidade de Coordenação Estadual – Espírito Santo (UCE/ES)**

Projeto Corredores Ecológicos

BR-262 km 0 – Pátio Porto Velho – Núcleo “B”

Jardim América – Cariacica – ES

CEP 29140-500

### **Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos – Mata Atlântica**

Coordenação local

Av. Getúlio Vargas, 1300 / 7º andar

Belo Horizonte – MG

CEP 30112-021

[www.corredores.org.br](http://www.corredores.org.br)

[www.cepf.net](http://www.cepf.net)



Ministério do  
Meio Ambiente

